

# ECONOMIA DE CONFLITO E PAZ

## **CONFLICT AND PEACE ECONOMICS**

Charles H. ANDERTON<sup>1</sup>  
Jurgen BRAUER<sup>2</sup>

Traduzido por Roxane A. Anderton<sup>3</sup>

**RESUMO:** Apresentamos uma visão geral do campo da economia de conflito. Começamos explicando distinções importantes entre a economia padrão de livros didáticos e economia de conflito em relação a suposições, assunto e inter-relações entre economia e conflito. Em seguida, fornecemos resumos de teorias econômicas selecionadas e evidências empíricas que, juntos, ajudam a revelar aspectos importantes do conflito - e da paz - por meio de uma lente econômica. Entre os tópicos abordados na visão teórica e empírica, por que é “racional” que líderes políticos às vezes matem civis em massa (e o que pode ser feito para evitar isso), como normas sociais de cometer danos contra grupos externos podem se propagar (ou ser interrompido), por que pode ser difícil desenvolver leis e instituições para promover a paz estável e como os esforços de terceiros para promover a paz podem às vezes piorar as coisas. Por último, fornecemos amostras de recursos de dados, arquivos e periódicos de trabalho, e leituras que consistem em grandes livros-texto, manuais e livros editados no campo da economia de conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia de troca. Economia de apropriação. Economia de conflito. Economia de paz. Modelo de escolha racional. Teoria dos jogos. Economia de redes.

---

<sup>1</sup> College of the Holy Cross, Worcester – MA – USA. Professor of Economics and Distinguished, Ethics and Society. [canderto@holycross.edu](mailto:canderto@holycross.edu).

<sup>2</sup> Augusta University, Augusta – GA – USA. Visiting Professor of Economics. Chulalongkorn University, Bangkok – Thailand. Emeritus Professor of Economics. [brauer.jurgen@gmail.com](mailto:brauer.jurgen@gmail.com).

<sup>3</sup> Clark University, Worcester – MA – USA. Instructor of Economics. [randerton@clarku.edu](mailto:randerton@clarku.edu).

## Introdução

Estudos de economia de conflito (1) aspectos *econômicos* de conflitos violentos, como guerras, genocídios, terrorismo, guerra de gangues e apropriações forçadas de bens (por exemplo, recursos minerais e terrestres, tráfico humano, furto cibernético, sindicatos criminais) e (2) métodos de curto prazo de resolução de conflitos (por exemplo, mediação de terceiros) e (3) normas de longo prazo e fortalecimento institucional para uma paz estável e irreversível. Alguns pensam que o campo pode, com o tempo, simplesmente incluir toda a segurança e proteção, pública e privada. Apesar de ser rotineira, recorrente, generalizada, duradoura e muitas vezes severa, a violência ou a ameaça é geralmente ignorada mesmo em tratamentos avançados de livros didáticos em economia padrão. No entanto, a análise econômica da violência é tão essencial quanto qualquer outra disciplina acadêmica ao analisar *por que* conflitos violentos acontecem, *como* são realizados e *o que pode ser feito* para mitigá-los, resolvê-los e preveni-los.

Nesta visão geral do escopo da economia de conflito, fornecemos, primeiramente, três diagramas que ilustram (1) distinções importantes entre economia de livro-texto padrão e economia de conflito, (2) definem conceitos críticos no campo (por exemplo, conflito, paz, guerra, segurança, defesa) e (3) destacar algumas inter-relações entre economia e conflito. Em segundo lugar, discutimos uma seleção ilustrativa de teorias econômicas complementada por exemplos de evidências empíricas que juntos ajudam a revelar aspectos importantes do conflito e da paz. Eles revelam, entre outras coisas, como os esforços de terceiros para promover a paz podem piorar as coisas, por que a violência é muitas vezes escolhida em detrimento de abordagens pacíficas para lidar com disputas intergrupais, por que é “racional” que líderes políticos às vezes matem civis em massa (e o que pode ser feito para evitar isso), como as normas sociais de cometer danos contra grupos externos podem se propagar (ou parar), e por que pode ser difícil desenvolver leis e instituições para promover a paz estável. E terceiro, fornecemos amostras de recursos de dados, arquivos e periódicos de trabalho, e leituras que consistem em livros-texto principais, manuais e livros editados no campo da economia de conflito.

## Aspectos econômicos de conflito e paz

### *As quatro economias*

Nos últimos 250 anos, a economia padrão, desde Adam Smith (1776) e Alfred Marshall (1890), destacou os ganhos de bem-estar individual e social disponíveis na troca mutuamente benéfica de bens e serviços (ver Quadro 3 na Figura 1). A *economia de troca* funciona melhor em um ambiente livre, privado e competitivo. Livre significa voluntário e não coagido; meios privados significa a ausência de leis, regras, regulamentos ou intervenções governamentais; e competitivo significa que, para qualquer bem ou serviço, qualquer comprador pode alternar livremente para comprar de qualquer um de uma multidão de fornecedores e, vice-versa, qualquer fornecedor pode mudar livremente para vender a qualquer um de uma multidão de compradores. Mesmo tendo em conta as numerosas imperfeições do mercado e falhas de mercado, como a informação assimétrica que pode beneficiar um lado de uma troca mais do que a outra, monopolização de mercados que podem levar a preços excessivamente altos e menor quantidade ou qualidade de bens e serviços ou de efeitos colaterais sociais indesejáveis do consumo ou produção privados (por exemplo, poluição e destruição do meio ambiente), esse ideal de mercados livres, privados e competitivos ainda domina a economia padrão.

Uma segunda economia é a *economia de concessões* (Caixa 1 na Figura 1), caracterizada não por trocas bilateralmente mutuamente benéficas mas por doação benéfica unilateral (ver, por exemplo, BOULDING; PFAFF; HORVATH, 1972). Por exemplo, os pais rotineiramente fornecem enormes quantidades de recursos - e durante muitos anos - para seus filhos sem pedir nada diretamente em troca. Da mesma forma, as pessoas voluntariamente entregam grandes quantidades de recursos para ajudar a financiar suas instituições de caridade favoritas ou organizações sem fins lucrativos. Da mesma forma, os trabalhadores migrantes remetem grandes quantidades de seus ganhos para suas famílias em casa. Mesmo os países às vezes fornecem ajuda externa genuína, sem pedir nada diretamente em troca. Essa economia de concessões é muito grande - e geralmente é ignorada na economia padrão.

**Figura 1** – As quatro economias.

	<b>Voluntária (paz &amp; segurança)</b>	<b>Involuntária (conflito &amp; violência)</b>
<b>Unilateral</b>	<b>1. A economia de concessões</b> (doação unilateral de recursos; voluntário)	<b>2. A economia de apropriação</b> (tomada de recursos unilateral; coação violenta ou não violenta)
<b>Bilateral</b>	<b>3. A economia de troca</b> (troca bilateral voluntária e mutuamente benéfica)	<b>4. A economia mútua de ameaças</b> (ameaças recíprocas e violência, como a guerra)

**Fonte:** Elaboração própria.

Uma terceira e quarta economias são a *economia de apropriação* e a *economia mútua de ameaças* (Caixa 2 e 4 na Figura 1.) Elas são caracterizadas pela apropriação forçada ou violenta, ou ameaça de apropriação, dos recursos de outra pessoa. Estes, também, são amplamente ignorados na economia padrão, mesmo quando a violência, ou a ameaça dela, obviamente é um fenômeno generalizado nas relações sociais humanas. A economia de conflito e da paz preocupa-se com a melhor forma de compreender as caixas 2 e 4 no lado direito da Figura 1 e a melhor forma de avançar para as caixas 1 e 3 do lado esquerdo.

As bordas entre as quatro caixas são desenhadas com linhas tracejadas para indicar que as quatro economias não são nitidamente distintas ou mutuamente exclusivas. Em vez disso, as fronteiras são permeáveis e as economias podem se “sombrear” umas nas outras. Por exemplo, devido à alta probabilidade de uma tomada de recursos unilateral, pessoas, comunidades, empresas e países investem pesadamente em defesa e segurança, mas esse investimento geralmente é feito dentro da economia bilateral e mutuamente benéfica.

### **Conceitos chave**

Dentro da área, vê-se as frases economia de “conflito”, “resolução de conflitos”, “defesa”, “segurança”, “militar”, “guerra” e “paz”. Estes tendem a ser usados de forma intercambiável, como se todos significassem a mesma coisa, mas há uma ordem estruturada entre eles (veja a Figura 2). *Economia de conflito* é o nome abrangente do campo, onde “conflito” refere-se à possibilidade ou realidade de competição e ameaça de apropriação, e “economia” refere-se ao método de estudo, ou seja, a aplicação da teoria econômica e ferramentas como modelagem matemática e estatística. Hoje em dia, a teoria do curso inclui economia padrão, economia comportamental, economia social (rede) e economia política, isto é, a inclusão de conhecimento de outras disciplinas acadêmicas (ver Seção 2).

Subcampos distintos dentro da economia do conflito surgiram. Obviamente, para ameaçar a apropriação, alguma força confiável deve estar disponível para realizar a ameaça. Isso implica financiar o trabalho e o capital necessários das forças armadas, como soldados e armas, e também implica custos de oportunidade, que é o que talvez melhor caracterize a *economia militar*, uma economia crítica proeminente a partir da década de 1980, mas já vista em inspiração marxista. trabalha na exploração e no imperialismo e, mais tarde, na “teoria da dependência” na economia do desenvolvimento. Hoje, é mais focado no custo de oportunidade das despesas militares e nas compensações orçamentárias do governo, em particular.

**Figure 2** – Economia de conflito.

### ECONOMIA DE CONFLITO

(A aplicação de teorias econômicas e ferramentas a possibilidade ou realidade de disputa e ameaça de apropriação)

<p><b>1. <u>Economia Militar</u></b></p> <p>→ Proeminente desde os anos 1980; concentrou-se no custo de oportunidade de gastar recursos econômicos em ameaça, apropriação e defesa dos mesmos.</p> <p><b>2. <u>Economia de defesa e segurança</u></b></p> <table border="1"><tr><td><p><b>Setor público</b></p><p><u>Economia de defesa</u></p><p>→ Proeminente desde os anos 1960; principalmente focada em inimigos percebidos ou reais externos.</p><p><u>Economia de segurança</u></p><p>→ proeminente desde os anos 2000; principalmente focada em preocupações internas, incluindo a defesa da pátria e a economia do crime &amp; punição.</p></td><td><p><b>Setor privado</b></p><p>→ Inclui economia de prevenção ao crime, mitigação, prevenção e punição (privada); pode incluir aspectos da economia do seguro.</p></td></tr></table> <p><b>3. <u>Economia de guerra</u></b></p> <p>→ Destacado desde a pré-Primeira Guerra Mundial; lidou principalmente com a conduta e as conseqüências antecipadas da guerra “tradicional” estado a estado.</p> <p><b>4. <u>Economia de conflito e resolução de conflitos</u></b></p> <p>→ Proeminente desde os anos 1980 e 1990; preocupado com o de-desenvolvimento de economias em desenvolvimento devido a ambientes de guerra civil, especialmente após a descolonização da década de 1960.</p>	<p><b>Setor público</b></p> <p><u>Economia de defesa</u></p> <p>→ Proeminente desde os anos 1960; principalmente focada em inimigos percebidos ou reais externos.</p> <p><u>Economia de segurança</u></p> <p>→ proeminente desde os anos 2000; principalmente focada em preocupações internas, incluindo a defesa da pátria e a economia do crime &amp; punição.</p>	<p><b>Setor privado</b></p> <p>→ Inclui economia de prevenção ao crime, mitigação, prevenção e punição (privada); pode incluir aspectos da economia do seguro.</p>	<p><b>5. <u>Economia de paz</u></b></p> <p>→ Tornando-se mais distinto e proeminente desde os anos 2010; concentrou-se na construção de normas e instituições para a paz estável e irreversível, começando também a teorizar o papel do setor privado (de negócios).</p>
<p><b>Setor público</b></p> <p><u>Economia de defesa</u></p> <p>→ Proeminente desde os anos 1960; principalmente focada em inimigos percebidos ou reais externos.</p> <p><u>Economia de segurança</u></p> <p>→ proeminente desde os anos 2000; principalmente focada em preocupações internas, incluindo a defesa da pátria e a economia do crime &amp; punição.</p>	<p><b>Setor privado</b></p> <p>→ Inclui economia de prevenção ao crime, mitigação, prevenção e punição (privada); pode incluir aspectos da economia do seguro.</p>		

Fonte: Elaboração própria.

A economia militar surgiu, em parte, da economia de defesa dos anos 1960, que tratava de temas como gestão do orçamento de defesa, recrutamento de mão-de-obra militar (por exemplo, forças recrutadas versus voluntárias), monopólios bilaterais na contratação de equipamentos de defesa e comportamento de parasitismo (“free-riding”) com alianças de defesa como a OTAN. Isso se resumiu ao estudo da produção de armas e tecnologias de uso duplo, rivalidades de armas e corridas armamentistas, e do comércio de armas e acordos de compensação de armas associados. Ainda não tão importante é a extensão, e até mesmo a fusão, da economia de defesa na *economia de segurança* do setor público, especialmente desde o 11/9, preocupada com serviços de inteligência, segurança cibernética, segurança interna e segurança de bens públicos, infraestrutura, serviços públicos e outras instalações. Isso, por sua vez, funde-se com a separada e bem estabelecida *economia do crime*, tornada proeminente por Gary Becker no final dos anos 1960. O setor privado, da mesma forma, enfrenta inúmeras preocupações de segurança e freqüentemente lida com eles através da economia de troca com a aquisição de bens como cercas de perímetro, câmeras de segurança, biometria e cartões de identificação, fechaduras, alarmes e armas de fogo, bem como a contratação de grande número de seguranças do setor privado em escolas, locais de trabalho e locais de entretenimento. Isso também pode incluir retaliação privada e justiça de vigilante e, em geral, alguns aspectos da *economia do seguro*.

A *economia de guerra* emergiu antes, mas na crescente antecipação da Primeira Guerra Mundial. Trata-se principalmente da conduta e das consequências previstas da guerra “tradicional” estado a estado na Europa continental e da Grã-Bretanha, bem como com a necessária reconversão e reconstrução de recursos econômicos pós-guerra, de uma economia em tempo de guerra para uma economia em tempo de paz. (Aliás, essa foi a origem do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, fundado em 1944, mais conhecido hoje como o principal elemento do Grupo Banco Mundial). Inicialmente, grande parte do debate entre os economistas tinha a ver com fricções nas relações comerciais internacionais de comércio (por exemplo, as posturas de política econômica mercantilista dos países) e, como tal, a economia de guerra também estudou também as causas da guerra.

Embora o termo economia do conflito já possa ser visto na década de 1950, tornou-se mais evidente quando economistas e cientistas políticos quantitativos se juntaram para estudar a aparente explosão de guerras civis após a conclusão da era da descolonização na década de 1970, especialmente na África e na Ásia. O sub-campo tornou-se proeminente na década de 1990, com o fim da

Guerra Fria e a violência espetacularmente horrenda na República Democrática do Congo e em Ruanda. Grande parte da preocupação subjacente considerava o de-desenvolvimento efetivo dos países economicamente em desenvolvimento, de modo que a *economia de conflito* e a *economia de resolução de conflitos* se misturassem.

Mas esse tipo de economia de conflito mais estreitamente entendida, ao estudar as causas, a conduta e as conseqüências da guerra civil em particular, parecia mais preocupado com a resolução de conflitos de curto prazo e com a reconstrução econômica do pós-guerra do que com soluções mais duradouras, permanentes e irreversíveis para alcançar cooperação pacífica, impedindo a guerra em primeiro lugar. Dependendo de como se conta, metade de todos os acordos de paz da guerra civil entram em colapso dentro de cinco anos e levam a uma nova violência.

A *economia da paz*, então, pergunta essencialmente sobre a estabilidade no contrato social entre populações. Como tal, está, em parte, preocupada com o direito constitucional (e a economia de tal lei), bem como com a construção de normas e instituições mais amplas. Precedentes desse tipo de pensamento já estão em evidência nas décadas de 1950 e 1960 nos primeiros trabalhos de gigantes do pensamento econômico, como Kenneth Boulding, Walter Isard e Thomas Schelling.

### ***Interdependências***

A Figura 3 exhibe seis interdependências entre economia e conflito. As caixas numeradas no diagrama exibem as interdependências, enquanto as caixas inferiores fornecem informações adicionais.

A economia é uma ciência social que se concentra nas *escolhas* que os atores fazem, sujeitas a várias restrições que enfrentam (por exemplo, restrições orçamentárias e de tempo). A Caixa 1, portanto, destaca que o conflito e a paz são *escolhas*. A economia de conflito supõe que os modelos teóricos de escolha disponíveis na economia padrão, como a escolha racional restrita e a teoria dos jogos, também podem ser aplicados a escolhas em contextos supostamente não econômicos. Estes incluem escolhas para guerra ou paz, escolhas para intervir em um conflito violento em um esforço para promover a paz, e até mesmo a escolha perturbadora de atacar civis para eliminação em massa. A caixa inferior indica que tais escolhas envolvem a ponderação racional de custos e benefícios no modo usual de modelagem de escolha racional e reconhece que elementos não-rationais também afetam as escolhas. Estes últimos incluem fenômenos descobertos na

interseção da psicologia e da economia, como a dependência de referência, a aversão à perda e os efeitos de enquadramento e aqueles na interseção da sociologia e economia, como efeitos de pares, difusão de ideologias sobre redes sociais, os papéis dos principais em contextos sociais e utilitários de identidade.

A segunda caixa indica que as condições econômicas podem afetar o risco, a gravidade e a recorrência de conflitos violentos. Por outro lado, as condições econômicas podem afetar a probabilidade de abordagens *não*-violentas de conflitos sejam perseguidas entre os atores em disputa e se a paz frágil ou instável pode ser reforçada para ajudar a promover a paz estável. Por exemplo, muitos estudos empíricos descobriram que o baixo desenvolvimento econômico ou o baixo crescimento econômico se correlacionam com um risco maior de guerra ou atrocidade em massa (COLLIER; HOEFFLER, 2004; EASTERLY; GATTI; KURLAT, 2006). Alguns estudos também descobriram que a desigualdade de renda, particularmente a desigualdade *horizontal*, leva a um risco maior de guerra civil (BUHAUG; CEDERMAN; GLEDITSCH, 2014). Como um último exemplo, alguns estudos descobriram que os estados que têm um grau relativamente elevado de integração comercial com o resto do mundo são menos propensos a se envolverem na guerra (POLACHEK; SEIGLIE, 2007; KINNE, 2012), embora os efeitos de comércio em conflitos, ou na paz, não é de forma alguma uniforme na literatura empírica (ver SCHNEIDER; BARBIERI; GLEDITSCH, 2003 para diversas visões).

A caixa 3 destaca que o conflito e a paz afetam os resultados econômicos. A caixa inferior mostra os “5Ds” associados a conflitos violentos e representa importantes custos econômicos da violência. O primeiro D é o *desarranjo*, que inclui, por exemplo, o desarranjo da guerra no comércio, na educação e no crescimento. O próximo D, *desvio*, representa a realocação de recursos do investimento e de bens civis para apoiar ataques, defesa ou fuga durante conflitos violentos. Em seguida, estão os custos da violência associada ao *deslocamento*, tanto de pessoas (por exemplo, refugiados) quanto de capital (por exemplo, fuga de capitais). A *destruição* de pessoas, propriedades e terras (recursos ecológicos) associada a conflitos violentos é o próximo D, seguido, finalmente, pelas *dificuldades* de redensolvimento enfrentadas em ambientes pós-violência, como as reconstruções econômicas, políticas e socioculturais necessárias para uma sociedade para avançar. Não mostrados, mas implícitos, são os efeitos econômicos da promoção da paz incluindo, por exemplo, os custos de investimento do desarmamento e desmobilização, das missões e operações de manutenção da paz e construção da paz, e dos benefícios gerais de segurança e paz da promoção da paz.

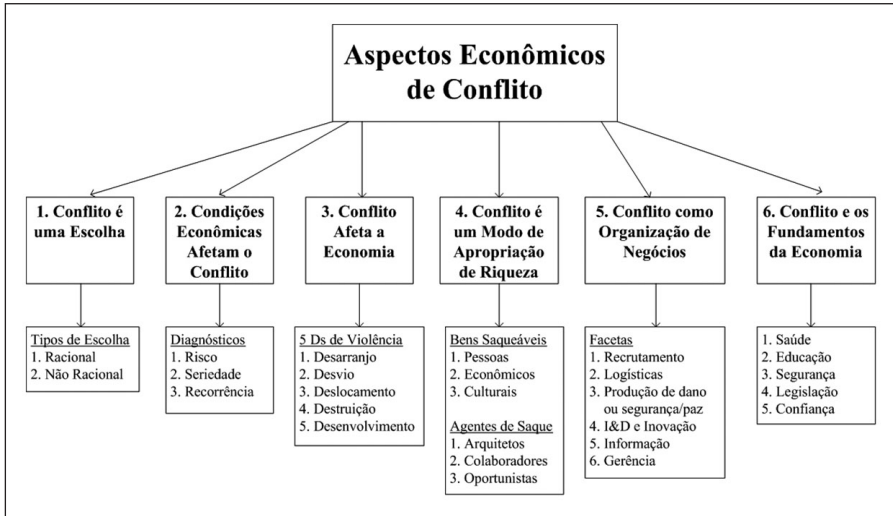


A quarta caixa mostra que o conflito pode ser um modo de aquisição de riqueza. Como mostrado na caixa inferior, exemplos de bens saqueáveis incluem, por exemplo, pessoas (por exemplo, tráfico humano e outras formas de escravidão), bens econômicos (por exemplo, terras, minerais, pedras preciosas) e bens culturais (títulos sociais de um grupo de pessoas, história, linguagem e existência). Ao longo da história humana, vários atores fizeram escolhas para atacar os bens mantidos pelos outros através de guerras de conquista, construção de impérios, eliminação de grupos de pessoas e assim por diante. Tais agentes incluem os arquitetos da conquista e seus colaboradores, bem como os oportunistas que aproveitam as circunstâncias violentas para se enriquecerem. Ao mesmo tempo em que tais ataques ocorrem, outros agentes alocam recursos para defender territórios, empresas, fazendas e rotas comerciais. Como já foi dito, os tratamentos padrão de economia pressupõem que a produção, o comércio e a acumulação de riqueza são atividades pacíficas, mas a economia de conflito reconhece explicitamente e modela como as possibilidades de apropriação ocorrem ao lado e freqüentemente interagem e determinam conjuntamente as atividades econômicas de troca especializadas de produção e comércio.

A Caixa 5 enfatiza, na prática, que a prossecução de guerra ou outras formas de conflito violento, bem como os esforços para promover a paz, envolvem uma variedade de práticas relacionadas a negócios e gerência, tais como aquelas mostradas pela caixa inferior. Os itens da caixa implicam que as subdisciplinas, como organização industrial, negócios e ciência gerencial, têm muito a oferecer ao campo da economia de conflito para entender melhor como a violência é planejada e conduzida e como aqueles que trabalham na promoção da paz podem melhorar seus esforços.

Finalmente, a Caixa 6 destaca os fundamentos sociais selecionados de uma economia, que pode ser prejudicada pela guerra e apoiada (ou reconstituída) pelos esforços de paz. Os que conduzem a violência muitas vezes procuram minar essas facetas da economia de um rival (ou a sua própria, se o rival é interno), enquanto os pacificadores e os construtores da paz do pós-guerra tipicamente trabalham para reconstruí-los.

**Figura 3** – Interdependências entre economia e conflito.



Fonte: Adaptado de Anderton e Brauer (2016a, p.6).

## Exemplos selecionados da teoria da economia de conflito e evidências

### *O modelo de escolha racional*

O modelo de escolha racional (MER) é provavelmente o modelo teórico mais amplamente aplicado em economia. Para economistas “racional” significa a ponderação dos custos e benefícios esperados, dadas as preferências subjetivas de um decisor (objetivos desejados) e restrições objetivas, como os custos (os preços) a serem pagos pelos bens e serviços necessários na busca dos objetivos e recursos limitados como dinheiro, tempo e energia mental ou física disponível para o tomador de decisão. Simplificando, ser economicamente racional significa indiscutivelmente que se espera que as pessoas “façam o melhor que puderem, dadas suas circunstâncias”. A ponderação de metas (benefícios esperados, a serem maximizados) e restrições (custos esperados, a serem minimizados) então leva às escolhas reais feitas. Naturalmente, as pessoas cometem erros de decisão de vez em quando, mas também não devem repeti-las.

Uma das previsões do MER é que os tomadores de decisão ajustem suas escolhas de forma otimizada quando suas restrições mudarem. Essa previsão se aplica aos consumidores e produtores no mercado, é claro, mas também àqueles

que fazem escolhas relacionadas a conflitos. Por exemplo, Anderton e Brauer (2016b, p.158-163), aplicam o MER a um grupo que decidiu eliminar um grupo externo (ou seja, genocídio). Suponha que o objetivo do grupo (o “benefício”) seja maximizar a destruição de um grupo de fora e que o grupo tenha recursos limitados para pagar o custo de seu empreendimento de destruição. Mas note que os perpetradores podem ter *muitos* “insumos” disponíveis para escolher, como tiro, fome ou escravidão do trabalho até a morte. *Cada um deles* carrega seu próprio custo ou “preço” e drenaria os recursos do grupo em um grau diferente. Assim, se o fuzilamento é “*muito caro*” dado ao custo das balas em relação ao custo dos outros meios de destruição (e incluindo o custo de não ter balas disponíveis para outras finalidades, como a guerra), então - a MER prevê - um ou mais métodos de destruição ao invés de fuzilamento serão escolhidos.

Por mais desagradável que seja, essa maneira de modelar o genocídio pode levar a insights úteis sobre o grau de destrutividade, que políticas contrárias podem ser implementadas e até mesmo como certas intervenções políticas podem levar a resultados não intencionais nos quais o problema pode se tornar pior. Por exemplo, em circunstâncias normais, a redução dos recursos do regime (talvez através de congelamentos de bens, sanções, etc.) diminui os meios disponíveis para o genocídio. Ou fornecendo às vítimas refúgios seguros e / ou rotas de fuga, a “produtividade de matar” na verdade será reduzida. Além disso, o MER revela que as intervenções políticas também podem sair pela culatra. Por exemplo, em outubro e novembro de 2008, a violência aumentou entre o principal grupo rebelde, o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) e as forças do governo da República Democrática do Congo (RDC) nas quais os rebeldes ameaçaram uma capital provincial, Goma. A maioria das forças da ONU estacionadas na região se concentrava na proteção de Goma porque a própria missão da ONU enfrentava recursos extremamente limitados. “Foi confrontado com prioridades concorrentes, pois a missão estava enfrentando o dilema de escolher entre priorizar a defesa de uma pequena comunidade residente em Kiwanja ou proteger a área maior em torno de Goma.” (REYNAERT, 2011, p.18). Uma análise baseada no MER então prevê que um ataque rebelde contra civis em Goma relativamente bem protegido é mais caro do que atacá-los em locais substitutos. E, de fato, os ataques dos rebeldes foram desviados para a aldeia relativamente desprotegida de Kiwanja e aproximadamente 150 pessoas foram mortas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008).

Examinar o comportamento de escolha é imensamente importante para o campo da economia de conflito, porque significa que o MER pode ser adaptado a muitas arenas de conflito e paz, nas quais escolhas estão sendo feitas. Ou seja, as

escolhas de líderes do Estado, grupos rebeldes, organizações terroristas, arquitetos e perpetradores de atrocidades em massa, terceiros intervenientes, forças de paz e muitos outros atores envolvidos em contextos de conflito podem ser analisados e parcialmente entendidos como escolhas destinadas a alcançar os objetivos dos autores (mesmo objetivos hediondos) sujeitos às restrições que enfrentam.

O precedente não é “apenas teoria”. Evidência empírica concreta está disponível para documentar o comportamento de substituição em face de mudanças nas restrições. Por exemplo, o comportamento de organizações terroristas é uma arena de pesquisa em economia de conflito para a qual o MER tem sido aplicado empiricamente. Por exemplo, após uma série de seqüestros de companhias aéreas nos anos 60 e início dos 70, detectores de metais foram colocados em aeroportos em todo o mundo a partir de 1973. Os dados fornecidos por Mickolus (1980) para o período 1968-77 demonstram, como esperado, um declínio significativo subsequente, após 1973, dos seqüestros terroristas em todo o mundo. No entanto, os grupos terroristas mudaram seu comportamento em novas direções, assim como o MER previa. Assim, a pesquisa de Enders e Sandler (1993, 1995) mostrou que os detectores de metal tiveram a consequência não intencional de aumentar significativamente os assassinatos e os eventos de tomada de reféns. Em outro exemplo de substituição de comportamento, Enders e Sandler (2012) relatam evidências de que, desde 2001, quando os governos da Europa e do Hemisfério Ocidental alocaram mais recursos para a proteção interna, as organizações terroristas têm dirigido relativamente mais ataques à Ásia e ao Oriente Médio, onde as proteções são comparativamente fracas.

### ***Perspectivas da teoria dos jogos***

A teoria dos jogos analisa as decisões quando a escolha de cada ator depende das escolhas que suas contrapartes fazem. Por exemplo, se você e um concorrente fizerem lances no mesmo item em um leilão, cada um provavelmente considerará como seus lances afetam os lances do outro. Como em um jogo de xadrez, você e sua contraparte são estrategicamente interdependentes e a teoria dos jogos fornece uma ampla gama de conceitos e modelos para analisar as escolhas em situações decisórias estrategicamente interdependentes.

Considere, por exemplo, dois estados-nação que estão disputando território sobre itens como depósitos minerais, recursos marítimos ou uma fronteira terrestre. Os dois atores poderiam chegar a um acordo pacífico negociado para dividir o item em disputa, evitando os custos da guerra, mas ambos teriam que concordar com o acordo. Assim, existe o risco de que eles lutem pelo item - e é

preciso apenas um dos dois atores para fazer essa escolha, como Schelling aponta (1960). Os destinos dos dois atores estão interligados, e esse cenário estratégico é altamente passível de análise teórica dos jogos. A esse respeito, uma importante teoria aqui é a *teoria de barganha de guerra e paz*, importante porque mostra que a guerra *não* é necessariamente (e talvez não seja usualmente) irracional.

Superficialmente, pode-se acreditar que a guerra é sempre irracional. Por exemplo, pode-se argumentar que (1) as guerras são dispendiosas (veja os 5 “D” da Figura 3); (2) que quando os atores lutam pelo território, digamos, então a guerra deve levar à (re)distribuição territorial do pós-guerra; e (3) que a mesma (re)distribuição poderia ter sido alcançada antes da guerra sob um acordo pacífico e negociado. A guerra é, portanto, irracional. Embora as premissas (1) e (2) sejam incontroversas, a *teoria de barganha de guerra e paz* mostrou que a premissa (3) é falha. De fato, pelo menos nove causas “racionalistas” distintas de guerra foram identificadas (ver ANDERTON; CARTER, 2019, p.184-194). Para ilustrar, fornecemos três exemplos de razões pelas quais a guerra pode se tornar uma escolha racional.

A guerra pode ser escolhida devido a *informações incompletas*. Fearon (1995), por exemplo, sustenta que a guerra russo-japonesa de 1904/05 foi causada em parte por informações incompletas. Levando à guerra, a Rússia e o Japão estavam disputando o controle de território (partes da Manchúria e da Península Coreana), pois cada lado buscava um maior amortecedor geográfico em relação ao seu rival. Sem o conhecimento da Rússia, o Japão acreditava que poderia lançar um ataque surpresa devastador contra as forças navais russas em Port Arthur e assim atingir suas ambições territoriais por meio da guerra. Sabendo o que poderia conseguir com a guerra, a demanda do Japão por controle territorial sob negociações pacíficas era maior do que a Rússia estava disposta a aceitar. Além disso, o Japão não poderia dizer à Rússia sobre sua vantagem, porque os russos poderiam acreditar que o Japão estava manipulando informações para extrair um melhor assentamento. Alternativamente, a Rússia pode acreditar nas informações e tomar contramedidas, o que faria com que a vantagem da informação japonesa desaparecesse. Nessas circunstâncias, o Japão acreditava que, apesar dos custos da guerra, seria melhor lançar um ataque do que se estabelecer pacificamente e, por isso, “racionalmente” escolheu a guerra.

Uma segunda fonte racionalista de guerra é a *preempção*. Por exemplo, Fischer (1984) afirma que a guerra de 1967 entre Egito e Israel se deveu em parte ao incentivo de cada lado para lançar um ataque de aeronave contra as forças aéreas do outro lado antes que o outro lado fizesse o mesmo. De acordo com Fischer (1984, p.19): “Tanto Israel quanto o Egito tinham frotas de bom-

bardeiros vulneráveis em aeródromos abertos no deserto. Cada lado sabia que quem iniciasse o primeiro ataque poderia facilmente bombardear e destruir os aviões hostis no solo, ganhando assim superioridade aérea.” À beira da guerra, Aharon Yariv, chefe da inteligência israelense, e General Yeshayahu Gavish, chefe do Exército israelense do comando do sul, “[...] acreditavam que se Israel não atacasse logo, os egípcios poderiam atacar primeiro, ganhando os benefícios resultantes de dar o primeiro golpe.” (BETTS, 1982, p.150).

Em terceiro lugar, um ator pode escolher a guerra sob a lógica da *guerra preventiva*. Por exemplo, em 7 de junho de 1981, Israel lançou um ataque surpresa contra o reator nuclear do Iraque a sudeste de Bagdá. Israel percebeu que o reator nuclear estava sendo usado pelo Iraque para ajudar a desenvolver armas nucleares. Do ponto de vista de Israel, a ameaça de uma mudança futura na capacidade de armas do Iraque fez com que Israel usasse a violência para evitar tal mudança. (A diferença entre a guerra de preempção e preventiva está na diferença entre as capacidades *atuais* e esperadas no *futuro*.)

A teoria da barganha também fornece insights sobre fontes de *paz*, por exemplo, como certas formas de intervenções de terceiros podem ajudar a transformar o que seria um resultado de guerra em um acordo negociado e pacífico e como inúmeras intervenções de políticas podem ajudar a melhorar cada uma das fontes de paz (para detalhes ver ANDERTON; CARTER, 2019, p.198-200 e p.392-394). A teoria foi submetida a investigação empírica, incluindo informações incompletas (BAS; SCHUB, 2016), tecnologias militares de preempção (ADAMS, 2003/2004), e mudanças de poder e guerra preventiva (BELL; JOHNSON, 2015). Em uma importante análise empírica de assistência humanitária, Narang (2015) recorre à teoria para analisar como a ajuda humanitária durante as guerras civis pode “sair pela culatra”. Em particular, ele raciocina e levanta a hipótese de que “[...] a assistência humanitária pode, inadvertidamente, prolongar os combates ao retardar o acréscimo de informações [que] [...] impede que os oponentes coordenem as expectativas sobre o que cada um está preparado para aceitar em um acordo.” (NARANG, 2015, p.185). Com base em uma amostra de guerras civis de 1945 a 2004, Narang constata que uma ajuda maior aumenta significativamente a probabilidade de a guerra continuar, mesmo depois de controlar a seleção de ajuda em guerras mais difíceis e mais fáceis de resolver. Este estudo é apenas um dos muitos exemplos de como a teoria econômica combinada com a análise estatística pode revelar resultados não planejados.

## **Perspectivas da economia de rede**

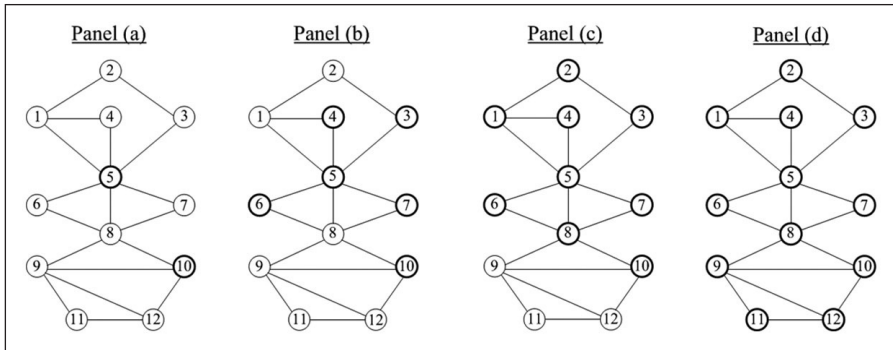
Redes sociais e econômicas fazem parte da vida humana (de relações familiares e de trabalho a redes de transporte e comunicações), e cada vez mais na era eletrônica moderna (por exemplo, Facebook, Twitter, LinkedIn e homólogos no Brasil, China, Índia, Rússia, e outros países). As redes também são importantes na compreensão dos conflitos, porque muitas organizações produtoras de violência (por exemplo, grupos rebeldes, organizações terroristas, sindicatos criminosos) exploram redes para promover suas agendas propensas à violência. Enquanto isso, muitas organizações intergovernamentais, estados-nações e organizações não-governamentais formam redes para promover resultados mais pacíficos em muitas partes do mundo. O campo da economia de rede, que se desenvolve rapidamente e é rico, oferece conceitos e modelos valiosos que podem ser aplicados para entender melhor o conflito e a paz. Para ilustração, oferecemos um exemplo intuitivo aqui.

Considere uma vizinhança de 12 aldeões (ver Figura 4), cujo painel (a) mostra uma estrutura *espacial* específica pela qual os vizinhos estão em ligados. Suponha que os vizinhos 5 e 10 (os círculos escuros) sejam “agressivos” para os membros de um grupo de fora e também que exista uma regra de “propagação” de tal forma que quando pelo menos metade ( $1/2$ ) dos vizinhos são “infectados”, então este se infectará. Por exemplo, como o vizinho 4 tem dois vizinhos - 1 e 5 - um dos quais está infectado, o vizinho 4 também será infectado, assim como os vizinhos 3, 6 e 7, todos mostrados no Painel (b). Com o tempo, a infecção se espalha por toda a aldeia, como visto nos Painéis (c) e (d). Mas se alguém fizer mudanças extremamente triviais na estrutura da aldeia ou na taxa de propagação, podem ocorrer resultados *completamente* diferentes. Por exemplo, se em vez dos vizinhos 5 e 10, os vizinhos 4 e 10 forem inicialmente infectados, a infecção não se espalhará! Esta é uma inversão chocante e completa do resultado inicial e pode ajudar a explicar por que algumas aldeias, cidades ou regiões de uma sociedade parecem “imunes” à infecção, enquanto outras sucumbem à doença ideológica. A parte difícil é reconhecer que tal aleatoriedade na condição de localização inicial da estrutura espacial das redes de vizinhança pode ter uma influência tão profunda no resultado final.

Pode-se também modelar “imunidade parcial.” Suponha que se acrescente um laço de vizinhança entre os vizinhos 3 e 4 no Painel (a) da Figura 4 (ainda com a mesma taxa de propagação de  $1/2$ ). Agora, a infecção se espalha apenas para a parte média e inferior da vila, mas a parte superior (ou “norte”) - vizinhos 1, 2, 3 e 4 - permanece não infectada. Assim, “aglomerados” de partes infecta-

das e não infectadas de uma população em uma sociedade podem emergir, um fenômeno prontamente visto em sociedades do mundo real. A análise teórica de modelos de rede, como a mostrada na Figura 4, obviamente pode ser muito mais complexa para ajudar a entender os resultados do mundo real e simular (prever) os resultados potenciais. Além disso, os modelos de rede podem ser combinados com a teoria dos jogos evolutivos (TJE) e modelos baseados em agentes (MBA) para simular, por exemplo, onde os pontos críticos da agressão podem se desenvolver e onde melhor inserir os “pacificadores” na estrutura espacial de uma aldeia, ou então ajudar a desenvolver laços adicionais entre os vizinhos (como aqueles entre 3 e 4 na Figura 4) que podem ajudar a prevenir ou reduzir a propagação de comportamento agressivo.

**Figura 4** – Uma rede de vizinhança simples.



**Fonte:** Elaboração própria.

Pesquisas empíricas sobre conflitos baseados na teoria de redes já prevalecem nas literaturas de terrorismo (ENDERS; JINDAPON, 2010; ENDERS; SANDLER, 2012), de risco de guerra (MAOZ, 2011; KINNE, 2012) e de propagação de genocídio (MCDOOM, 2014a, 2014b). Um exemplo de perspectivas de rede sobre a guerra é König, Rohner, Thoenig e Zilibotti (2017) (doravante KRTZ), que teoricamente e empiricamente analisam a “Grande Guerra na África”, que o projeto Correlates of War chama de “Guerra Mundial da África de 1998–2002” (SARKEES; WAYMAN, 2010, p.468). O estudo de KRTZ enfoca os 80 atores armados que compunham a rede de aliados e inimigos que lutam na RDC de 1998 a 2010. Entre os muitos pares de atores possíveis que podem ser construídos para a rede, KRTZ codificam 192 díades de aliados, 236 díades inimigas, e 5.892 díades neutras. Com base na estimativa empírica de externalidades de rede entre díades aliadas e inimigas, KRTZ acham



que o esforço de combate de cada grupo aumenta quando a luta total de seus inimigos é maior e diminui quando a luta total de seus aliados é maior. KRTZ então usa suas estimativas empíricas para avaliar os efeitos de várias políticas de pacificação. Uma dessas políticas é neutralizar os links inimigos selecionados que existem entre o exército da RDC e outros atores na rede. Curiosamente, KRTZ acham que a neutralização de tais elos não apenas reduz o conflito bilateral entre os dois membros da díade (obviamente), mas a pacificação se espalha pela rede levando a reduções multiplicadas dos esforços de combate de outros atores na rede. Mais uma vez, no entanto, eles também acham que a adoção impensada de uma política de intervenção destinada a eliminar um “jogador-chave” pode sair pela culatra, pois os atores substitutos que substituem o (ex) jogador-chave podem piorar a situação.

### ***Perspectivas econômicas adicionais***

Além da escolha racional, da teoria dos jogos e dos modelos de rede, a economia há muito acrescenta insights de outras disciplinas acadêmicas, como direito, psicologia, política e sociologia, e o conjunto de trabalho resultante pode ser aproveitado para ajudar a entender os fenômenos de conflito mais completamente do que foi possível antes. Por exemplo, o campo do direito e economia aumentou muito nos últimos 50 anos e agora é um campo de ensino padrão nas faculdades de economia e nas faculdades de direito. Assim como a lei é sobre a resolução de conflitos - por exemplo, no direito contratual - mas surpreendentemente pouco disso foi aplicado ao tipo de conflito sistemático que a economia de conflito cobre. Por exemplo, no nível das Nações Unidas, por que a intervenção internacional em casos de atrocidades em massa muito sérias aparece tantas vezes na forma de “*muito pouco, tarde demais*”? Uma resposta é que a ONU é, em essência, uma organização contratual de estados soberanos. Os estados-nação aderem quando os benefícios esperados da filiação superam o custo esperado, e isso também se aplica a exemplos específicos da legislação internacional de direitos humanos. Assim, os estados-nação assinam facilmente Declarações de Direitos Humanos ou Convenções de Genocídio quando os custos não são especificados ou quando o mecanismo de imposição é omitido. No entanto, quando estes se tornam mais específicos - como no caso do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional (TPI) - os Estados-nação não aderem de todo ou se ratificam com auto-isenções importantes, anotadas nos seus documentos de ratificação, ou então retiram-se de um tratado completamente quando esse se torna inconveniente, tudo isso aconteceu no caso do

TPI. Assim, a economia prontamente oferece insights “óbvios” sobre o projeto e a construção de direitos humanos internacionais e outros tratados relevantes para a economia de conflito.

Da mesma forma, os campos da economia comportamental e da economia de identidade, aproveitando os insights da psicologia e da sociologia, respectivamente, tornaram-se muito proeminentes na economia e podem ajudar a entender melhor não apenas o comportamento econômico “comum” nos mercados financeiro, trabalhista, comercial ou habitacional, mas também comportamento de conflito (e paz). Por exemplo, conceitos como viés cognitivo, enquadramento, dependência de referência e aversão a perdas prontamente se prestam à aplicação na economia de conflito e ajudam a explicar, por exemplo, por que os líderes de estado-nação parecem tão “intransigentes” em suas posições de combate. Por que eles não “concluíram racionalmente” que perderão uma batalha, ou uma guerra inteira, devido ao esmagador poder de fogo de um oponente? Elementos psicológicos não-rationais podem simplesmente torná-los mais resistentes à mudança do que o modelo de escolha racional por si só poderia sugerir. Da mesma forma, a economia de identidade se concentra, *inter alia*, nas relações e status nas hierarquias sociais humanas e incorpora perspectivas de custo-benefício explícitas e relacionais nas funções de utilidade usuais dos economistas, mostrando, por exemplo, que os custos e benefícios relacionais podem dominar o foco monetário prototípico dos economistas. Assim, aspectos relacionais, como os laços familiares, lingüísticos, religiosos, étnicos ou outros, ajudam a agrupar os seres humanos em grupos fortemente unidos que facilitam o comércio monetário e o intercâmbio intragrupo, mesmo que sejam monetariamente *mais* benéficos para também negociar com pessoas de fora. Ideias como essas prontamente podem ser transportadas para o campo da economia de conflito, por meio da qual títulos intragrupo podem dominar qualquer consideração “racional” de pacificação, construção da paz e manutenção da paz entre grupos. As mesmas idéias “translacionais” aplicam-se aos campos bem estabelecidos da economia política e aos modelos de escolha pública, que podem ser facilmente estendidos para incorporar aspectos especificamente relacionados a conflitos violentos ou a ameaças dos mesmos.

Em suma, a economia moderna - com a adoção de conhecimentos adquiridos em outros campos como psicologia, antropologia, sociologia, política, direito, administração, logística, matemática e estatística - tornou-se (ou está se tornando) uma *ciência social quantitativa abrangente* capaz de sondar cada vez mais profundamente o comportamento humano, incluindo o comportamento de conflito. Apesar da violência que ainda testemunhamos continuamente em

todo o mundo, esse desenvolvimento oferece uma esperança considerável para o futuro.

## **Recursos: dados, documentos de trabalho, periódicos e para leitura adicional**

### ***Dados***

Uma amostra de sites de conjuntos de dados prontamente disponíveis inclui o seguinte: Armed Conflict Location and Event Data (ACLED) sobre conflitos intergrupais na África e partes da Ásia, Oriente Médio e Europa ([www.acleddata.com](http://www.acleddata.com)); o Uppsala Conflict Data Program/Peace Research Institute Oslo (UCDP / PRIO), dados sobre guerras, conflitos de sub-guerra e violência contra civis ([ucdp.uu.se](http://ucdp.uu.se)); os dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) sobre gastos militares, transferências de armas e missões de paz intergovernamentais ([www.sipri.org/databases](http://www.sipri.org/databases)); o conjunto de dados da Political Instability Task Force (PITF) sobre guerras intraestaduais, falhas de estado e genocídios e politicídios (<http://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>); o Banco de Dados sobre Terrorismo Global (Global Terrorism Database - GTD) sobre incidentes de terrorismo doméstico e internacional em todo o mundo ([www.start.umd.edu/gtd/about](http://www.start.umd.edu/gtd/about)); os dados do projeto Correlates of War (COW) sobre guerras, alianças interestaduais e disputas interestatais militarizadas (<http://www.correlatesofwar.org>); e o Global Peace Index and Positive Peace Index (GPI) divulgado pelo Institute for Economics and Peace (<http://economicsandpeace.org>). Além disso, e ainda assim totalmente a ser descoberto e compilado globalmente, existem inúmeros conjuntos de dados existentes no nível nacional e geralmente acessíveis apenas nas línguas de trabalho locais, incentivando assim a colaboração com pesquisadores locais de todo o mundo. Em nosso próprio trabalho, encontramos fascinantes conjuntos de dados específicos de cada país referentes à Colômbia, Índia, Paquistão, Ruanda e Vietnã, por exemplo.

### ***Série de trabalhos em pesquisa e periódico científicos***

Para pesquisas atualizadas no formato de documentos de trabalho, consulte recursos padrão como o banco de dados EconLit da American Economic Association, Research Papers in Economics (RePEC) e serviços associados, o National Bureau of Economic Research (NBER), o Households in Conflict Network (HiCN), Social Science Research Network (SSRN), ResearchGate,

Academia e outras. Todos podem ser facilmente pesquisados por palavras-chave como “conflict”, “war”, “peace” e assim por diante. Em relação à pesquisa publicada, a seguinte lista alfabética de periódicos concentra-se especificamente em aspectos *econômicos* de conflito e paz, ou frequentemente traz contribuições de economistas: *Conflict, Security & Development, Defence and Peace Economics, Economics of Peace and Security Journal, International Journal of Development and Conflict, International Journal of Peace Economics and Peace Science, Journal of Conflict Resolution, Journal of International Relations and Development, Journal of Peacebuilding & Development, Journal of Peace Research, Peace, Conflict and Development: An Interdisciplinary Journal, Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, and *Stability: International Journal of Security & Development*. Todos estes são, além disso, é claro, para periódicos de economia geral, como o *Quarterly Journal of Economics*, o *Economic Journal*, o *Review of Economics & Statistics*, ou o conjunto de periódicos publicados pela American Economic Association que cada vez mais publica artigos relacionados ao conflito e resolução de conflitos.

### **Para ler mais**

Além de alguns trabalhos clássicos (por exemplo, BOULDING, 1962, 1978; SCHELLING, 1960, 1966), a seguinte é principalmente uma lista de manuais, livros didáticos e livros editados no campo do conflito e da economia de paz. Esperamos que ajude o leitor interessado a projetar seu próprio curso de leituras. Lista de manuais, livros didáticos e livros editados:

ANDERTON, C. H.; BRAUER, J. (ed.). **Economic aspects of genocides, other mass atrocities, and their prevention**. New York: Oxford University Press, 2016.

ANDERTON, C. H.; CARTER, J. R. **Principles of conflict Economics: the political Economy of war, terrorism, genocide, and peace**. 2.ed. New York: Cambridge University Press, 2019.

BOULDING, K. E. **Stable peace**. Austin: The University of Texas Press, 1978.

BOULDING, K. E. **Conflict and defense: a general theory**. New York: Harper, 1962.

BRADDON, D. L.; HARTLEY, K. (ed.). **Handbook on the Economics of conflict**. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.

BRAUER, J.; DUNNE, J. P. **Peace Economics: a macroeconomics primer for violence-afflicted states**. Washington: United States Institute of Peace Press, 2012.

COLLIER, P.; ELLIOTT, L.; HEGRE, H.; HOEFFLER, A.; REYNAL-QUEROL, M.; SAMBANIS, N. **Breaking the conflict trap: civil war and development policy**. Washington: The World Bank, 2003.

COLLIER, P.; SAMBANIS, N. (ed.). **Understanding civil war: evidence and analysis**. Washington: The World Bank, 2005. v.1-2.

COYNE, C. J.; MATHERS, R. L. (ed.). **The handbook on the political Economy of war**. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.

ENDERS, W.; SANDLER, T. **The political Economy of terrorism**. 2.ed. New York: Cambridge University Press, 2012.

GANSON, B.; WENNMANN, A. **Business and conflict in fragile states: the case for pragmatic solutions**. London: Routledge, 2016.

GARFINKEL, M. R.; SKAPERDAS, S. (ed.). **The oxford handbook of the Economics of peace and conflict**. New York: Oxford University Press, 2012.

HARTLEY, K.; SANDLER, T. (ed.). **Handbook of defense Economics**. New York: Elsevier, 1995. v.1.

MAC GINTY, R. **Routledge handbook of peacebuilding**. London: Routledge, 2013.

MITCHELL, S. M.; VASQUEZ, J. A. (ed.). **Conflict, war, and peace: an introduction to scientific research**. Washington: CQ Press, 2013.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. **The Economics of defense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. (ed.). **Handbook of defense Economics**. New York: Elsevier, 2007. v.2.

SCHELLING, T. C. **The strategy of conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

SCHELLING, T. C. **Arms and influence**. New Haven: Yale University Press, 1966.

VAHABI, M. **The political Economy of predation: manhunting and the Economics of escape**. New York: Cambridge University Press, 2015.

WENNMANN, A. **The political Economy of peacemaking**. London: Routledge, 2011.

**ABSTRACT:** We present an overview of the field of conflict economics. We begin by explaining important distinctions between standard textbook economics and conflict economics regarding assumptions, subject matter, and interrelations between economics and conflict. We then provide summaries of selected economic theories and empirical evidence that together help reveal important aspects of conflict – and peace – through an economics lens. Among the topics covered in the theoretical and empirical overview are why violence is sometimes chosen over peaceful approaches to address intergroup disputes, why it is “rational” for political leaders to sometimes mass kill civilians (and what can be done to prevent this), how social norms of committing harm against outgroups can propagate (or be stopped), why it can be difficult to develop laws and institutions to promote stable peace, and how third-party efforts to promote peace can sometimes make things worse. Lastly, we provide samples of data resources, working paper archives and journals, and readings consisting of major textbooks, handbooks, and edited books in the field of conflict economics.

**KEYWORDS:** Exchange economy. Appropriation economy. Conflict economics. Peace economics. Rational choice model. Game theory. Network economics.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, K. R. Attack and conquer? international anarchy and the offense-defense-deterrence balance. **International Security**, Cambridge, v.28, n.3, p.45-83, 2003/2004.

ANDERTON, C. H.; BRAUER, J. On the economics of genocides, other mass atrocities, and their prevention. *In*: ANDERTON, C. H.; BRAUER, J. (ed.). **Economic aspects of genocides, other mass atrocities, and their prevention**. New York: Oxford University Press, 2016a. p.3-27.

ANDERTON, C. H.; BRAUER, J. Genocide and mass killing risk and prevention: perspectives from constrained rational choice models. *In*: ANDERTON, C. H.; BRAUER, J. (ed.). **Economic aspects of genocides, other mass atrocities, and their prevention**. New York: Oxford University Press, 2016b. p.143-171.

ANDERTON, C. H.; CARTER, J. R. **Principles of conflict Economics: the political Economy of war, terrorism, genocide, and peace**. 2.ed. New York: Cambridge University Press, 2019.

BAS, M.; SCHUB, R. Mutual optimism as a cause of conflict: secret alliances and conflict onset. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v.60, n.3, p.552-564, 2016.

BELL, S. R.; JOHNSON, J. C. Shifting power, commitment problems, and preventive war. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v.59, n.1, p.124-132, 2015.

BETTS, R. K. **Conventional deterrence: predictive uncertainty and policy confidence: compound deterrence vs. No-First-Use: what's wrong is what's right.** Washington: Brookings Institution, 1982. (Brookings General Series Reprint, 412).

BOULDING, K. E.; PFAFF, M.; HORVATH, J. Grants economics: a simple introduction. **The American Economist**, Tuscaloosa, v.16, n.1, p.19-28, 1972.

BUHAUG, H.; CEDERMAN, L.; GLEDITSCH, K. S. Square pegs in round holes: inequalities, grievances, and civil war. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v.58, n.2, p.418-431, 2014.

COLLIER, P.; HOEFFLER, A. Greed and grievance in civil war. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v.56, n.4, p.563-595, 2004.

EASTERLY, W.; GATTI, R.; KURLAT, S. Development, democracy, and mass killing. **Journal of Economic Growth**, Norwell, v.11, n.2, p.129-156, 2006.

ENDERS, W.; JINDAPON, P. Network externalities and the structure of terror networks. **Journal of Conflict Resolution**, Newbury Park, v.54, n.2, p.262-280, 2010.

ENDERS, W.; SANDLER, T. Terrorism: theory and applications. *In*: HARTLEY, K.; SANDLER, T. (ed.). **Handbook of defense Economics**. New York: Elsevier, 1995. v.1, p.213-249.

ENDERS, W.; SANDLER, T. The effectiveness of anti-terrorism policies: vector-autoregression-intervention analysis. **American Political Science Review**, Baltimore, v.87, n.4, p.829-844, 1993.

FEARON, J. D. Rationalist explanations for war. **International Organization**, Cambridge, v.49, n.3, p.379-414, 1995.

FISCHER, D. **Preventing war in the nuclear age.** Totowa: Rowman & Allanheld, 1984.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Killings in Kiwanja:** the UN's inability to protect civilians. dec. 2008. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/12/11/killings-kiwanja/uns-inability-protect-civilians>. Acesso em: 24 abr. 2019.

KINNE, B. J. Multilateral trade and militarized conflict: centrality, openness, and asymmetry in the global trade network. **The Journal of Politics**, Austin, v.74, n.1, p.308-322, 2012.

KÖNIG, M. D.; ROHNER, D.; THOENIG, M.; ZILIBOTTI, F. Networks in conflict: theory and evidence from the great war of Africa. **Econometrica**, Chicago, v.85, n.4, p.1093-1132, 2017.

MAOZ, Z. **Networks of nations:** the evolution, structure, and impact of internationalized networks, 1816–2011. New York: Cambridge University Press, 2011.

MCDOOM, O. S. Predicting violence within genocide: a model of elite competition and ethnic segregation from Rwanda. **Political Geography**, Oxford, v.42, p.34-45, 2014a.

MCDOOM, O. S. Antisocial capital: a profile of Rwandan genocide perpetrators' social networks. **Journal of Conflict Resolution**, Newbury Park, v.58, n.5, p.865-893, 2014b.

MICKOLUS, E. F. **Transnational terrorism:** a chronology of events, 1968-1979. Westport: Greenwood Press, 1980.

NARANG, N. Assisting uncertainty: how humanitarian aid can inadvertently prolong civil war. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v.59, n.1, p.184-195, 2015.

POLACHEK, S. W.; SEIGLIE, C. Trade, peace and democracy: an analysis of dyadic dispute. In: SANDLER, T.; HARTLEY, K. (ed.). **Handbook of defense Economics**. New York: Elsevier, 2007. v.2, p.1017-1073.

REYNAERT, J. **MONUC/MONUSCO and civilian protection in the Kivus**. New York: IPIS, 2011.

SARKEES, M. R.; WAYMAN, F. **Resort to war:** 1816-2007. Washington: CQ Press, 2010.

SCHNEIDER, G.; BARBIERI, K.; GLEDITSCH, N. P. (ed.). **Globalization and armed conflict**. Lanham: Roman & Littlefield Publishers, 2003.